

LYON DO CARMO SILVA

IBN KHALDUN E A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO
À LUZ DE UMA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

LYON DO CARMO SILVA

Uberlândia, MG

Outono, 2024

LYON DO CARMO SILVA

IBN KHALDUN E A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO
À LUZ DE UMA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof.º Dr.º Leonardo Segura Moraes

Uberlândia, MG
Outono, 2024

IBN KHALDUN E A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO
À LUZ DE UMA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em História.

Uberlândia, 25 de abril de 2024
Banca examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Prof. Me. Warlen Nunes dos Santos

Agradecimentos

Sistema de educação pública brasileira que me formou desde o primário até o ensino superior federal.

Particularmente ao meu orientador e camarada de lutas políticas e teóricas Leonardo.

Ao movimento operário, comunista e popular, à nossas lutas diárias e históricas.

Àqueles meus professores que honraram sua função social como críticos incansáveis dos problemas de nossa sociedade, aqueles poucos que mantiveram uma coerência prática com a teoria que defendiam e difundiam nas salas de aula.

Agradeço profundamente aos professores e camaradas Florisvaldo e Warlen que participaram da Banca de TCC.

E como militante do Partido Comunista Brasileiro não poderia de deixar de mencionar meu apoio a greve dos técnicos e professores das universidades federais, espero que o movimento estudantil adere à greve dos trabalhadores da educação federal.

1. Introdução

Neste trabalho, busca-se contribuir com o debate sobre a origem da modernidade para além da Europa, mais especificamente a partir do Norte da África. Em geral, os povos islamizados, com destaque para os árabes, são vistos como meros guardiões que conservaram os manuscritos da Grécia Antiga. Mas, além de preservarem tais textos, eles foram interpretar e criaram desdobramentos, que desenvolveram a comunidade islâmica (*umma*, em língua árabe). Enquanto o letramento prevalecia restrito ao clero da Igreja na Europa Medieval, nesse mesmo período, onde hoje chamamos por Oriente, florescia a ciência e a cultura de maneira mais ampla e aberta do que a perspectiva eurocêntrica da História nos induz a pensar. “Poucos tinham alguma instrução”. A educação que existia em seus lugares de origem consistia em memorizar textos ultrapassados sob o olhar vigilante de tacanhos doutores da religião”. (Lyons, 2011, P.25)

Como nos mostra a primeira parte do documentário A Ciência e o Islã, apresentado pelo físico iraquiano Jim Al-Khalili, até o século XIX a medicina islâmica estava na vanguarda de tratamentos e tinha hospitais com equipamentos avançados, enquanto os europeus mal sabiam a importância de lavar as mãos. Não por acaso, o objetivo do financiamento, por parte do nascente capital usurário-comercial na Europa, e da autorização, por parte da monarquia espanhola, para as expedições ultramarinas de Cristóvão Colombo era encontrar um caminho alternativo para as Índias, um lugar de riquezas materiais e de História milenar. Isso indica que até o momento de intensificação da acumulação primitiva do capital com a conquista e colonização das Américas por povos europeus, entre os séculos XV-XVI, o centro econômico do mundo estava à leste das Cordilheiras do Cáucaso, em direção às atuais Índia e a China.

A transição da chamada Idade Medieval para a Idade Moderna é, em geral, situada entre os séculos XV e XVIII, em particular a partir do século XVIII,

desde quando se poderia falar em uma consciência histórica de cisão com o passado e que apontasse para um futuro com sentido progressista em relação a tal ruptura. No âmbito das ciências, pode-se falar em uma revolução científica nos termos de Kuhn (2013), em que um pensamento científico se separa da religião e busca se autoafirmar. No que diz respeito ao estudo das sociedades humanas modernas, tem-se o desenvolvimento de inúmeros conceitos, ideias e teorias que estão por trás das modernas Economia, Política, Sociologia e História.

Porém, antes disso se encontra presente na obra do polímata tunisino Abū Zayd Abd ar-Raḥmān ibn Muḥammad ibn Khaldūn, ou apenas Ibn Khaldūn (1332-1406). Em sua obra mais conhecida, *Muqaddimah*, escrita entre os anos de 1375 e 1377, que se trata, na verdade, da introdução a uma obra ainda maior chamada *História Universal e História dos Povos Árabe, Berbere e Ajam*, o autor discute quais são os fundamentos que constituem as sociedades humanas e o que explica a ascensão e a queda de dinastias. A esse propósito, Ibn Khaldūn designa como próprio a uma ciência nova e distinta das demais em seu tempo, a qual ele chamou de ciência da História.

O lugar de Ibn Khaldūn na história das ideias tem sido objeto de debate, notadamente o questionamento se suas contribuições seriam precursoras das modernas Ciências Sociais e Humanidades. Nesse sentido, Amin (2021, 62) destaca sobre o autor “cujos progressos em direção a um pensamento social científico são extraordinários, inigualados até ele e insuperáveis até o século XVIII ou XIX”. Já Lacoste (1991, p. 169) afirma que “[o] modernismo e o vigor do pensamento de Ibn Khaldun tendem a nos fazer esquecer de que se trata de um historiador do século XIV”.

Dessa maneira, o objetivo do trabalho é apresentar a perspectiva historiográfica de Ibn Khaldūn a partir de um estudo de sua obra *Muqaddimah*, cotejando com uma historiografia contemporânea no intuito de perceber semelhanças e diferenças entre sua teoria da História e o debate apresentado em Hobsbawm (1998) e Prost (2020). Com isso, pretende-se contribuir para uma

apresentação em língua portuguesa da obra de Ibn Khaldūn refletindo sobre sua importância para a constituição de uma historiografia moderna.

Para tanto, este trabalho está organizado em cinco partes, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda parte, será apresentado alguns elementos biográficos e teóricos concernentes à vida e a obra de Ibn Khaldūn. Na terceira parte, será apresentada uma discussão da historiografia contemporânea a partir das obras de Hobsbawm (1998) e Prost (2020), que expressam duas escolas de pensamento distintas. Na quarta parte, propõe-se um cotejo entre as diferentes perspectivas historiográficas. Por fim, na quinta parte, tem-se as considerações finais do trabalho no intuito de responder ao questionamento central sobre seu lugar como precursor da modernidade científica no âmbito especificamente da História.

2. Vida e obra de Ibn Khaldūn

Abū Zayd Abd ar-Raḥmān ibn Muḥammad ibn Khaldūn, mais conhecido como Ibn Khaldūn, nasceu no ano de 1332 na cidade de Túnis, região histórica de Ifríqya no Norte da África que aquela época era parte do sultanato Haféssida. Como o próprio Ibn Khaldūn escreveu em sua *Autobiografia*, a origem de sua família é proveniente da cidade de Sevilha, na atual Espanha, mas com o avanço da reconquista cristã da península ibérica foram obrigados a procurar refúgio até se estabelecerem na cidade de seu nascimento (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 479-491).

Nascido em uma família importante e influente, Ibn Khaldūn teve sua formação estimulada desde a infância, com destaque para teologia, gramática, poesia, direito, filosofia e matemática (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 491-500). Vale notar, também, que além da reconquista cristã ter afetado sua vida, outro fenômeno da época também o atravessou diretamente: a epidemia de peste

bubônica, ocorrida entre os anos de 1346 e 1353, tendo perdido professores e seu próprio pai para a doença (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 499).

Trabalhou como escrivão, magistrado e conselheiro a serviço de diferentes sultões, assim como foi preso algumas vezes. Sua própria experiência de vida expressa os efeitos da ascensão e queda de dinastias, o que possivelmente pode ter tido algum impacto sobre seu interesse de investigação do que chamou por *aṣabīyyah* (espírito de corpo, em português) e sua relação com a *umrān* (isto é, os modos de vida das sociedades humanas). Em seu tempo, o polímata tunisino vislumbrou inúmeras crises que desembocaram em rupturas políticas. Como relatado em sua *Autobiografia*, vale destacar, por exemplo, o famoso encontro com Tamerlão (ou Timur Lang), precursor da dinastia Timurida, no início do ano de 1401, quando este chefe de origem turco-mongol conquistou a cidade de Damasco, na Síria.

Na escrita do *Muqaddimah*, traduzido em geral como *Prolegômenos*, Ibn Khaldūn descreveu a História como sendo acervo de conhecimentos, isto é, “um dos ramos dos conhecimentos humanos que se transmitem de geração a geração. (Tesouro de ensinamentos), ela atrai estudantes e estudiosos dos países mais longínquos que acodem pressurosos para ouvirem-lhe as lições”. (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 5). Porém, como todo ramo do conhecimento humano, a mentira e a ignorância podem arruinar tal aprendizado oriundo da investigação histórica. Por isso, reforça Ibn Khaldūn, que “ao crítico cabe penetrá-los e averiguar o que nêles há de autêntico: cabe ao saber, limpar e polir as tabuinhas que levarão gravada a verdade” (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 5).

Percebe-se, portanto, que, para o autor, a ciência da História exige uma investigação materialista e crítica dos fatos, acontecimentos e circunstâncias nas quais sucedem os fenômenos sociais. O que se pensava ser ciência em seu tempo acabou influenciando Khaldun.

Os árabes exigiam que a ciência não apenas desse conta dos fenômenos observados, como também concordasse com seu próprio entendimento da realidade. Em outras palavras, a ciência tinha de ser ao mesmo tempo preditiva e consistente – princípios básicos do método científico moderno. (LYONS,2011, p.247)

Além disso, o autor analisa a História considerando a existência de diferentes modos de vida em relação à subsistência (*Ma'ach*, em árabe), que coexistem no tempo e no espaço, independentemente de uma consciência do atraso entre si, e que constituem o *Umrān*, em árabe, isto é, a Sociedade/Estado Social/Organização Social. Desse modo, o autor define a sociedade como objeto de estudo considerando a natureza social da produção, das trocas e do poder político. Em suas palavras:

A História se propõe, como verdadeiro objetivo, fazer-nos compreender o estado social do homem, isto é, a Civilização, e explicar-nos os fenômenos que estão ligados naturalmente com ela, a saber: a vida selvagem, a humanização dos costumes, o espírito de família e de casta, os diversos tipos de superioridade que os povos conseguem obter uns sobre os outros e que dão origem aos Impérios e às Dinastias, a distinção das classes e dignidades, as ocupações a que os homens dedicam seus trabalhos e seus esforços, tais como as profissões lucrativas, os ofícios de que se vive, as ciências, as artes; enfim, tôdas as modificações que a natureza das coisas pode operar no caráter da Sociedade. (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 85)

Vale notar que a obra de Khaldun somente foi traduzida para línguas europeias no século no final do XIX, quando a História começou a ganhar espaço institucionalizado nas universidades europeias. Temos a tradução para o português de entre 1958 e 1960. Desde então, a edição se encontra esgotada no mercado editorial em língua portuguesa.

3. O que é teoria da História para uma historiografia contemporânea?

Como pensar na história da história? Existem muitas maneiras de se fazer e responder esta pergunta. Nesta parte do trabalho, procurou-se elaborar quais são os elementos teóricos fundamentais para uma teoria da História a partir de um cotejo com uma historiografia contemporânea. Para responder ao questionamento, estabeleceu-se um debate historiográfico entre dois livros com perspectivas históricas distintas. São eles: *Sobre História* (1998), de Eric Hobsbawm, e *Doze Lições Sobre a História* (2020), de Antoine Prost, ambos autores contemporâneos entre si pensando sobre teoria da História.

As semelhanças, porém, param por aí. Eric Hobsbawm é formado na chamada Escola Inglesa de origem marxista, tendo sido também militante do Partido Comunista Inglês. Já Prost, por sua vez, é oriundo Escola Francesa, de origem anticomunista e com atuação no movimento sindical francês. Além disso, Hobsbawm (1998) se trata de uma coletânea de artigos de palestras ministrada pelo autor durante sua longa carreira, enquanto Prost (2020) se trata de um curso ministrado na Universidade Paris-Sorbonne, tendo posteriormente sido transcrito e editado como um livro.

Discutir teoria e aplicá-la consiste em uma problemática central para a teoria da História, principalmente para os historiadores que são influenciados pela Escola Francesa. Para esta vertente do pensamento historiográfico, o historiador é como um artesão com certa liberdade de escrita, de modo que a teoria não é uma prioridade investigativa. Antes da teoria, deve-se ter em conta a matéria empírica a ser estudada. Segundo argumenta Prost (2020, p. 9), “[i]números são aqueles que no começo de seus livros, se eximem de definir-tarefa considerada obrigatória pelos colegas alemães – os conceitos e os esquemas de interpretação utilizados.”

Quando se trata de aplicar a teoria na realidade histórica, podem surgir desafios. Os historiadores muitas vezes se veem em um impasse entre serem artesãos, que têm liberdade criativa e interpretativa em sua escrita, e serem teóricos mais rigorosos e sistemáticos em sua atuação. A aplicação rigorosa da teoria pode, às vezes, limitar a liberdade interpretativa do historiador e sua capacidade de investigar novas perspectivas e narrativas.

A História antes de se tornar ciência é uma prática social. Isso se dá devido ao que os indivíduos de outras épocas consideravam como um marco significativo para comunidade. No século XIX um novo rigor científico adentrou a disciplina, sendo que um dos problemas foi a ideia de que um povo sem escrita e documentos seriam excluídos dessa ciência. Houve uma certa predominância dessa metodologia positivista, mas com passar do tempo, percebeu-se o erro e com isso se abriu o leque do que é História. Nessa linha, Antoine Prost afirma:

Em vez de uma história *sub specie aeternitatis*, cujas características tivessem atravessado, sem qualquer alteração, as vicissitudes do tempo, existem diferentes produções que os contemporâneos de determinada época estão de acordo em considerar como história; ou seja antes de ser uma disciplina científica – segundo sua pretensão é até certo ponto, conforme ela o é efetivamente –, a história é uma prática social. (Prost, 2020, p. 13).

O reconhecimento da profissão de historiador decorre não apenas de seus congêneres, mas também pelo crivo da sociedade e do Estado que concede a legitimidade para o exercício da profissão. Independentemente da ideologia dominante no comando do Estado, não se pode abolir a História, que para Antoine Prost é uma disciplina em si mesma histórica, “ou seja, situada no tempo e no espaço, assumida por homens que se dizem historiadores e que são reconhecidos como tais, além de ser aceita como história por diversos públicos” (Prost, 2020, p. 13). Um pouco mais à frente, sobre os historiadores, continua o autor:

Certamente, eles são estimulados, também, pela curiosidade intelectual, pelo amor pela verdade e pelo culto à ciência; no entanto, seu reconhecimento social, assim como sua subsistência, dependem da sociedade que lhes atribui um *status* e lhes garante uma remuneração. Portanto, um duplo reconhecimento – pelos pares e pelo público – consagra o historiador como tal. (Prost, 2020, p.13)

Antoine Prost diz que a história é um processo social, criado pelas interações e ações de indivíduos e grupos ao longo do tempo. Segundo ele, a história não se limita a um único método, mas pode ser abordada de diversas maneiras dependendo dos objetivos e da perspectiva do historiador. Desse modo, para esse autor inexistente uma teoria única pela qual seria mais adequado investigar as histórias reais, sendo mais importante o que ele designa como a prática social. Isso porque, para Prost, a história não se define pelo seu objeto particular de estudo porque este é ilimitado (Prost, 2020, p. 75). Na verdade, segundo coloca o autor, a questão histórica a ser investigada é que define o objeto a ser estudado.

Eric Hobsbawm, por outro lado, parte de uma perceptiva marxista da história. Ele argumenta que o método marxista fornece um quadro analítico para a compreensão das forças econômicas e sociais que moldam a história. Para esse autor, a análise histórica deve levar em conta as relações de classe e as condições socioeconômicas como base para a compreensão dos processos históricos. Percebe-se, portanto, que em sua análise há um lugar distinto e destacado para a teoria, ao contrário do que se nota em Antoine Prost.

Para o historiador marxista inglês, uma destacada influência das contribuições de Marx para a ciência da História está no estabelecimento de uma hierarquia na determinação dos fenômenos sociais e na investigação das contradições internas que sustentam um determinado sistema de poder (Hobsbawm, 1998, p. 162). Nesse sentido, a História consiste na percepção de que as realidades sociais estão em permanente processo de mudança e transformação, ainda que haja certa dependência de trajetórias vigentes. Para

Hobsbawm (1998, p. 8), “aquilo que os historiadores investigam é real”, pois os “fatos apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos”.

Percebe-se, portanto, que embora haja aproximações entre ambos os autores, Antoine Prost e Eric Hobsbawm, há também uma diferença no que diz respeito à matéria de investigação histórica. Para Prost, o questionamento histórico que embasa o objeto do historiador deve estar ancorado em dimensões da prática social antes de uma formulação teórica sobre o que estrutura tal prática. Já para Hobsbawm, todo questionamento histórico é real no sentido de que existe a despeito da possibilidade de torná-lo imediatamente palpável.

Continuando na questão marxista, um dos pilares desse método é o materialismo histórico. Hobsbawm (1998, p. 9) argumenta já no Prefácio que esse mecanismo teria sido gestado por Ibn Khaldūn no século XIV. Trata-se de um debate em aberto e que encontra argumentos favoráveis, por exemplo, em Lacoste (1991). Contudo, é importante trazer à tona que a indagação sobre uma possível origem islâmica do materialismo histórico não significa ausência de méritos a Karl Marx e Friedrich Engels por suas contribuições à ciência. Há que se considerar que se trata de outra chave de pensamento. Em todo caso, pondera Eric Hobsbawm:

Acontece que continuo considerando (com qualificações que serão encontradas nestes ensaios) que a “concepção materialista da história” de Marx é, de longe, o melhor guia para a história, como o grande erudito do século XIV, Ibn Khaldun, a descreveu:
O registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade[...]; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e Estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganharem seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza. (Hobsbawm, 1998, p.9)

A ponderação sobre as ideias do historiador e filósofo muçulmano do século XIV, Ibn Khaldūn, sugerem que esta visão materialista da história tem raízes relevantes na herança intelectual e da história para além da perspectiva eurocêntrica. Ibn Khaldūn também reconheceu a importância dos fatores materiais e das mudanças sociais no desenvolvimento da sociedade humana. Isso se nota de maneira bastante evidente no trecho a seguir: “A História se propõe, como verdadeiro objetivo, fazer-nos compreender o estado social do homem, isto é, a Civilização, e explicar-nos os fenômenos que estão ligados naturalmente com ela” (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 85).

4. Qual o lugar de Ibn Khaldūn na historiografia contemporânea?

Nesta parte propõe-se um cotejo entre os fundamentos teóricos sobre a ciência da História presentes no volume I da obra *Muqaddimah*, de Ibn Khaldūn no intuito de aproximar uma resposta para a questão colocada. Trata-se de uma aproximação a alguns conceitos e ao método de investigação proposto pelo polímata tunisino. Em particular, destacam-se os conceitos de *umrān* e *aṣabīyyah*.

Ibn Khaldūn procura no *Muqaddimah* apresentar um entendimento científico das sociedades humanas que permita impedir a propagação de mentiras e absurdos que atrapalham o melhor entendimento das lições da História. Em sua Introdução, no volume I da referida obra, o autor elenca uma série de narrativas históricas dúbias sobre a história dos povos islamizados e que poderiam levar a conclusões equivocadas por parte de quem as lê. Tais conclusões podem embasar ações militares, assim como certas medidas econômicas ou políticas cujas consequências decorreriam de tais equívocos históricos.

Mas como a mentira se introduz naturalmente nos relatos históricos, é conveniente indicarmos aqui as causas que a produzem. Apontamos em primeiro lugar o apego dos homens a certas opiniões e a certas

doutrinas. [...] A segunda causa que introduz a mentira na História é a confiança que se deposita na palavra das pessoas que a contam. [...] Uma terceira causa é a ignorância do alvo e dos intentos que tinham em vista os atores dos grandes acontecimentos. [...] A quarta causa dos erros é a facilidade com que o espírito humano acredita estar de posse da verdade [...]. Como quinta causa deve-se apontar a ignorância das relações que existem entre os acontecimentos e as circunstâncias que os acompanham [...]. A sexta causa se prende à inclinação dos homens para granjear o favor dos personagens ilustres e de alta categoria [...]. Uma outra causa, e que supera em gravidade as demais, é a ignorância da natureza dos fenômenos que nascem da Civilização. (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 86-88).

Essa preocupação de Ibn Khaldūn revela, pois, uma preocupação com o entendimento correto, verdadeiro, da natureza dos fenômenos. Sua escrita demonstra, portanto, um forte tom crítico a certas concepções vigentes em seu tempo, as quais estariam mais compromissadas com interesses políticos particulares do que com a ciência da História. Ainda sobre essa nova ciência a qual ele afirma estar contribuindo para sua constituição, afirma Ibn Khaldūn:

As matérias de que vamos tratar constituem uma Ciência Nova, notável pela originalidade dos conceitos como pela vastidão de sua utilidade. Fruto de muitas pesquisas e de prolongadas e profundas meditações, esta Ciência nada tem de comum com a Retórica, que é um ramo da Lógica e que se limita a empregar discursos persuasivos capazes de convencer a multidão a aceitar ou a rejeitar uma opinião. (Ibn Khaldūn, 1958, vol. I, p. 93-94).

Uma definição desse tipo poderia ser cotejada com as historiografias contemporâneas anteriormente mencionadas, quais sejam, Hobsbawm (1998) e Prost (2020). Em um primeiro momento, Ibn Khaldūn parece mais próximo do historiador marxista inglês na medida em que compreende os processos sociais de natureza histórica ancorado em conceitos fundamentais e em uma determinada estrutura social. Em um segundo momento, porém, Ibn Khaldūn também se aproxima de Prost (2020), ao tratar a matéria social em análise a partir dos fatos e documentos que expressam sua existência.

Para Bissio (2013, p. 73), Ibn Khaldūn se propõe a escrever uma história a partir de uma abordagem própria, qual seja, “ele buscará analisar todos os aspectos da sociedade humana à luz da história muçulmana”. Disso se deriva um debate se a concepção da natureza histórica no polímata tunisino era cíclica ou dialética. É importante ressaltar que para falar em História, Ibn Khaldūn empregou a palavra árabe *Ibar*, diferentemente do uso que se fazia em seu tempo por parte de outros historiadores (Lenk; Moraes, 2024). Para entendermos a concepção khalduniana de história, precisa-se ter em conta os conceitos de *umrān* e *aṣabīyyah*. Há vasta literatura discutindo a temática, não cabendo aqui aprofundá-la em particular. Sobre o assunto, consultar uma revisão recente disponível em Lenk e Moraes (2024).

Por *umrān* Ibn Khaldūn se refere ao que chama por Estado Social da espécie humana, o qual o autor divide entre um Estado Social de vida nômade (*umrān al-badawī*) e o de vida sedentária (*umrān al-ḥaḍarī*). Em sua formulação, ambos os modos de vida coexistem entre si e não há qualquer relação de atraso ou progresso na relação entre eles. Essa relação, por sua vez, é mediada por outro conceito fundamental na obra khalduniana que é o de *aṣabīyyah*. Seu significado é comumente traduzido como sendo “espírito de corpo” ou ainda “vínculo de solidariedade”, num entendimento mais sociológico do conceito. A mediação entre os modos de vida nômade e sedentário passa necessariamente pelo conceito de *aṣabīyyah*.

Na leitura khalduniana, à medida que uma *aṣabīyyah* se constitui e consolida seu poder, ela deixa sua origem nômade e passa a se urbanizar nas cidades. O que o autor tem em mente são as cidades africanas próximas ao litoral do mar Mediterrâneo, mas também o Egito e o que atualmente se designa como Oriente Médio. Nas cidades, a *aṣabīyyah* ia se enfraquecendo com o passar das gerações, que esqueceriam os fatos que engendraram a possibilidade de configuração de um determinado espírito de corpo sob a liderança de uma dinastia específica, deixando-se levar por luxos e uma vida

fácil que enfraqueceriam tal espírito até que colapsasse em detrimento de outra dinastia ascendente.

Esse procedimento historiográfico conduzido por Ibn Khaldūn parece estar próximo do que Prost (2020, cap. 3) define como “método crítico” de investigação histórica. Parte-se dos fatos para explicá-los de maneira coerente e condizente a um método de exposição em que os fatos figuram como “provas”, isto é, evidências históricas. Por outro lado, parece também próximo ao que Hobsbawm (1998, cap. 2, p. 22) discute sobre o “sentido do passado”, em que o passado “é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. Desse modo, cabe também ao historiador analisar as mudanças e transformações das sociedades humanas.

De maneira conclusiva, cabe considerar que o lugar de Ibn Khaldūn na historiografia permanece aberto ao debate e novas discussões tem surgido na literatura especializada. Em todo caso, nota-se uma aproximação de sua perspectiva historiográfica com alguns representantes contemporâneos, o que revela uma possível herança islâmica para a elaboração das teorias da História. Com isso não se quer dizer que tal herança se dá de maneira necessariamente direta, mas pode revelar também que a natureza da história das ideias apresenta rupturas e transições que devem ser mais bem estudadas.

Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir. *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Trad. Ana Barradas. Ed. LavraPalavra, 2021.
- BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Ed. Civilização Brasileira, 2ª ed., 2013.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.
- IBN KHALDŪN. *Os prolegômenos ou filosofia social*. Trad. José Khoury e Angelina B. Khoury. São Paulo: Safady, 1958.
- IBN KHALDŪN. *Autobiografia*. Trad. José Khoury. São Paulo: Safady, 1959.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Ed. Perspectiva, 12ª ed., 2013.
- LACOSTE, Yves. *Ibn Khaldūn: nascimento da história, passado do terceiro mundo*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São paulo, Ática, 1991.
- LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2011.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2ª ed., 2020.

